

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/multi.v27i67.3428>
Recebido em: 1º/07/2021; aprovado para publicação em: 1º/10/2021

Metodologias participativas como ferramenta para nortear atividades em comunidades rurais beneficiadas com projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): um relato de experiência

Participatory methodologies as a tool to guide activities in rural communities benefited from Technical Assistance and Rural Extension (ATER) projects: an experience report

Metodologías participativas como herramienta de orientación de actividades en comunidades rurales beneficiadas con proyectos de Asistencia Técnica y Ampliación Rural (ATER): informe de experiencia

Jamara Marques Jacome¹
Reginaldo Pereira dos Santos²
Michelle Christini Araújo Vieira³
Braz José do Nascimento-Júnior⁴

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Engenheira Agrônoma da Secretaria de Desenvolvimento Rural SDR/BAHIATER. E-mail: jamara.jacome@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3746-8101>

² Pós-Doutor em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Doutor em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Mestrado em Extensão Rural e do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: reginaldo.pereira@univasf.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0704-3199>

³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: michelle.christini@univasf.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7771-5387>

⁴ Doutor em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cirurgião-dentista. Docente de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) e do Colegiado de Farmácia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: braz.jose@univasf.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2822-5442>

Jamara Marques JACOME; Reginaldo Pereira dos SANTOS; Michelle Christini Araújo VIEIRA;
Braz José do NASCIMENTO-JÚNIOR

Resumo: Este trabalho relata a experiência de discente do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), no uso das metodologias participativas, em sua atuação como extensionista em um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Baseado em atividades comunitárias realizadas no primeiro ano de execução do projeto, trata-se de um relato de caráter descritivo. Foram realizados 24 Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs) em quatro municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a partir da execução do projeto nos anos de 2016 a 2019, sendo experimentadas as principais ferramentas participativas: a entrevista semiestruturada; a linha do tempo; e a matriz de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA). Nessa perspectiva, revela-se a importância das metodologias participativas que colaboram com a prática educativa nas comunidades, permitindo a troca de experiências e contribuindo com uma ATER mais democrática. Ademais, a experiência contribuiu com a formação da extensionista, proporcionando um conhecimento interdisciplinar.

Palavras-chave: ATER; extensão; relato; metodologias; participação.

Abstract: This paper reports the experience of a student of the Postgraduate Program in Rural Extension (PPGExR) at the Federal University of Vale do São Francisco (UNIVASF), in the use of participatory methodologies, in his role as an extensionist in an Technical Assistance and Rural Extension (ATER) project. Based on community activities carried out in the first year of project execution, this is a descriptive report. Twenty-four Participatory Rural Diagnosis (PRDs) were carried out in four municipalities in the Jacuípe Basin Identity Territory, from the implementation of the project in the years 2016 to 2019, with the main participatory tools being tried out: the semi-structured interview; the timeline; and the matrix of strengths, opportunities, weaknesses, and threats (SWOT). From this perspective, the importance of participatory methodologies that collaborate with the educational practice in the communities is revealed, allowing the exchange of experiences and contributing to a more democratic ATER. Furthermore, the experience contributed to the training of the extensionist, providing interdisciplinary knowledge.

Keywords: ATER; extension; reporting; methodologies; participation.

Resumen: Este artículo reporta la experiencia de un estudiante del Programa de Posgrado en Extensión Rural (PPGExR) de la Universidad Federal de Vale do São Francisco (UNIVASF), en el uso de metodologías participativas, en su rol de extensionista en un proyecto de Asistencia Técnica y Ampliación Rural (ATER). Basado en las actividades comunitarias realizadas en el primer año de ejecución del proyecto, este es un informe descriptivo. Se realizaron 24 Diagnósticos Rurales Participativos (DRP) en cuatro municipios del Territorio de Identidad Cuenca del Jacuípe, desde la implementación del proyecto en los años 2016 a 2019, con las principales herramientas participativas en prueba: la entrevista semiestructurada; la línea de tiempo; y la matriz de debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades (DAFO). Desde esta perspectiva, se revela la importancia de metodologías participativas que colaboren con la práctica educativa en las comunidades, permitiendo el intercambio de experiencias y contribuyendo a un ATER más democrático. Además, la experiencia contribuyó a la formación del extensionista, aportando conocimientos interdisciplinarios.

Palabras clave: ATER; extensión; informe; metodologías; participación.

1 INTRODUÇÃO

A utilização das metodologias participativas no meio rural começou a se difundir a partir de 2004, quando se iniciou uma nova perspectiva do modo de se fazer a extensão rural e, principalmente, com a efetivação de uma nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em 2010. Com a instauração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), houve abertura para que entidades e empresas prestadoras de ATER pudessem atuar de forma indireta pelo Estado, por meio das chamadas públicas, tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual.

Nesse contexto, as metodologias participativas, princípio dessa política, contribuem positivamente na construção de diagnósticos que, consequentemente, embasam o planejamento de atividades de projetos de ATER que são executados na Bahia, buscando colaborar para a construção de uma extensão rural mais democrática e ampla, que enxerga diversos aspectos além do produtivo e incentiva as comunidades rurais a construir experiências positivas, duradouras e sustentáveis.

Ademais, algumas ferramentas participativas podem ser utilizadas como facilitadoras no processo de discussão, permitindo que os agricultores e as agricultoras se sintam confortáveis para colocar em pauta questões importantes que caracterizem a comunidade no âmbito social, econômico, cultural e ambiental.

Por conseguinte, a partir de estudos, da participação em eventos e de experiências práticas com as metodologias participativas ao longo dos anos, foi possível analisar a utilização dessas técnicas em comunidades rurais a partir de atividades de ATER no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, principalmente em projeto de ATER prestado por meio de uma organização não governamental (ONG), a partir de chamada pública, a 24 comunidades pertencentes a quatro municípios do território citado, que embasou o presente relato.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo é relatar a experiência de um discente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) com as metodologias participativas, em sua atuação como extensionista em projeto

de ATER, que visava ao desenvolvimento sustentável com base na agroecologia, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, com enfoque no primeiro ano de planejamento das atividades que seriam realizadas nos três anos subsequentes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se baseia na obtenção de dados descritivos, com caráter qualitativo, do tipo relato de experiência. A elaboração da pesquisa foi realizada a partir de experiências que tiveram como base as metodologias participativas, vivenciadas por uma extensionista, hoje, discente do mestrado Profissional Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UNIVASF (PPGExR), pela qual foi proposto este relato.

As metodologias participativas, atualmente, são a base para a atuação dos extensionistas que trabalham com a agricultura familiar em todos os estados do Brasil e no estado da Bahia, após a criação das políticas nacional e estadual de ATER. As diversas ferramentas contribuem para o conhecimento da localidade de atuação, das famílias que ali residem, bem como para o planejamento das atividades que serão realizadas pelos extensionistas atuantes.

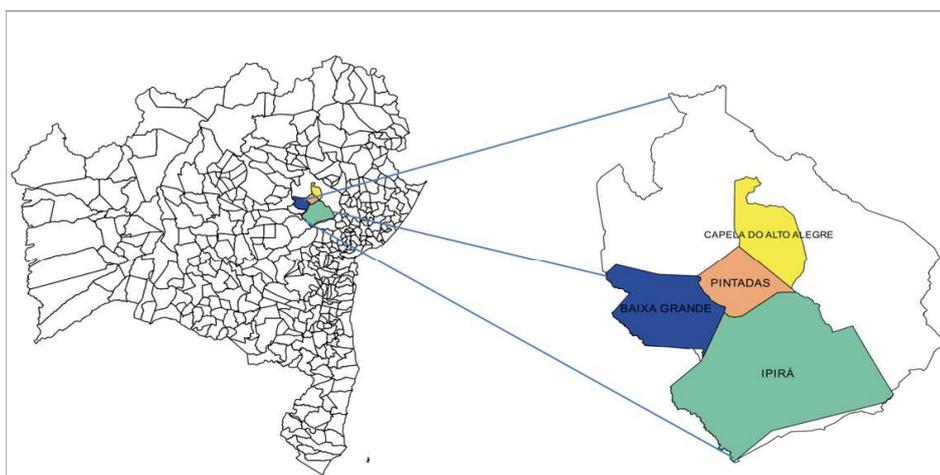
Partindo desse pressuposto, a utilização dessas metodologias proporciona uma transformação no modo de pensar e agir de ambas as partes: o extensionista consegue conhecer a história, a cultura e o ponto de vista dos agricultores e das agricultoras, podendo ter uma maior percepção das reais necessidades locais; e a comunidade inicia uma mudança de pensamento, a partir da qual começa a ter uma percepção de que pode ser agente modificador da própria realidade (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012).

Ademais, a atuação extensionista em alguns municípios no Território de Identidade Bacia do Jacuípe proporcionou, a partir dessas ferramentas, o planejamento para a execução das atividades da ATER nas comunidades atendidas e utilizá-las em todo o processo, desde as mobilizações, avaliações, capacitações, seminários e outras atividades.

A realização deste estudo foi baseada em experiências durante a atuação com a extensão e a utilização das metodologias participativas nesse trajeto, relatando principalmente o que foi percebido e aprendido durante

a aplicação, com foco no diagnóstico e planejamento participativo, em 24 comunidades de quatro municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, no Estado da Bahia (figura 1), na atuação direta no planejamento e na execução dessas atividades, nos anos de 2016 a 2019, e por meio da pesquisa bibliográfica referente a essa temática.

Figura 1 - Localização dos quatro municípios pertencentes ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe, participantes do projeto de ATER



Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale ressaltar que as experiências foram referentes ao início do projeto de ATER, sendo o planejamento das atividades o principal foco deste relato. Assim, dados quantitativos não serão expostos. O acompanhamento do processo produtivo ainda não havia sido iniciado.

A princípio, determinou-se o preenchimento de um questionário semiestruturado, que apresentava temáticas referentes a necessidades básicas de uma comunidade, como saúde e saneamento básico, educação, público beneficiário e outras temáticas, como organização social, religião, juventude, mulheres, acesso a mercado, aspectos produtivos, dentre outros.

Embora sejam delimitadas no formulário todas as questões necessárias para o conhecimento da comunidade e das famílias, foram utilizadas outras ferramentas participativas, no intuito de permitir que os agricultores

e as agricultoras ali presentes conseguissem se expressar participando ativamente do processo de construção daquele Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

As ferramentas utilizadas pelos extensionistas na atividade de DRP e planejamento foram: o próprio questionário semiestruturado; a linha do tempo; o calendário sazonal; e a matriz de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA). Em algumas comunidades, ainda foram utilizados o Diagrama de Venn e a caminhada transversal.

A metodologia utilizada para a construção do DRP em algumas literaturas, principalmente no manual de Diagnóstico Rural Participativo proposto por Verdejo e publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2010, aborda as ferramentas utilizadas em uma atividade de construção participativa. Na utilização de qualquer ferramenta, realizou-se uma rápida explanação dos objetivos da atividade.

A seguir, são apresentadas as ferramentas utilizadas no processo metodológico para a construção do DRP.

2.1 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada versa sobre perguntas de diversas temáticas, geralmente realizada com pessoas-chave da comunidade, pois aborda questões muito específicas (VERDEJO, 2010). Essa ferramenta foi utilizada em seis questionamentos referentes a cinco temas básicos, como: o público beneficiário; saúde e saneamento; educação; programas sociais; e organização social.

Em algumas localidades, a entrevista foi realizada com o presidente da associação ou com algum membro da diretoria, agente de saúde, quando presente, e com alguns outros membros da comunidade.

2.2 Diagrama de Venn

Para abordar o tema “organização social”, em algumas comunidades, utilizou-se o Diagrama de Venn. Esse diagrama possibilita evidenciar as relações internas e externas da comunidade e o papel de cada organização no desenvolvimento local (VERDEJO, 2010).

Partindo da conversa em grupo, foi possível identificar essa interação com organizações diversas e a participação do poder público dentro da comunidade. Utilizando-se canetas coloridas, desenhou-se, no centro do papel metro, um círculo que representava a comunidade e, posteriormente, outros círculos mais próximos ou mais afastados, de acordo com a interação que havia.

Dessa forma, foi possível visualizar o paralelo entre a presença de algumas dessas instituições, o acesso a políticas públicas e a contribuição delas no desenvolvimento daquela localidade. Quanto mais próximo do centro estiver, mais representará o nível de interferência na tomada de decisões.

2.3 Linha do tempo

A linha do tempo foi utilizada para abordar aspectos do desenvolvimento local ao longo dos anos. Para organizar a construção da linha do tempo, foram divididos grupos, formados a partir dos quantitativos dos beneficiários e das beneficiárias presentes, por comunidade, observando a paridade de gênero e presença de, no mínimo, um jovem ou uma jovem por grupo, ou seja, cada grupo construía sua linha do tempo.

Ao finalizar essa primeira etapa, realizou-se a exposição dos pontos sinalizados, assim como um comparativo em plenária, gerando um processo de discussão para a construção da linha do tempo principal. Utilizando essa ferramenta, é possível analisar fatos históricos além do desenvolvimento comunitário (VERDEJO, 2010).

2.4 Caminhada transversal

A caminhada transversal teve como objetivo principal, nas comunidades onde foi aplicada, coletar informações referentes a aspectos produtivos e ao acesso à água. As três comunidades que foram contempladas com essa ferramenta se caracterizavam por terem casas próximas umas às outras. Dessa maneira, observamos apenas aquele entorno.

O grupo reunido caminhou na localidade e em seu entorno. A partir da observação e do diálogo, foi possível anotar as principais características

e modificações. Ao final, elaborou-se um documento com as informações coletadas.

2.5 Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA)

A FOFA é uma matriz que estabelece, a partir dos fatores externos e internos a uma comunidade, os pontos fortes, fracos, as fortalezas e oportunidades.

Essa ferramenta foi utilizada para a finalização do DRP, sendo uma das principais. A partir da divisão dos grupos, foi possível identificar, além dos aspectos produtivos, o acesso a mercado, a políticas públicas; a participação da juventude e das mulheres, assim como outros pontos relevantes que serviram de base para a construção do planejamento.

A atividade em grupo consistiu em construir um quadro no papel metro contendo esses quatro pontos e sinalizando-os posteriormente, no diálogo em plenária. Cada grupo apresentou o que havia construído e, a partir daí, elaborou-se um material principal.

2.6 Calendário sazonal

O calendário sazonal foi elaborado a partir da discussão com o grupo. A princípio, elaborou-se uma tabela no papel metro, a qual foi alimentada com informações das culturas produzidas naquela região, do período de plantio, de colheita, comercialização, dentre outras informações relevantes para aquela comunidade.

Além disso, todos os diagnósticos foram pautados nas metodologias participativas, proporcionando a compreensão da comunidade sobre a leitura da realidade, despertando a necessidade da transformação.

O estudo, desse modo, torna-se relevante, pois poderá contribuir para a reflexão de diversos extensionistas, sobre a importância da utilização de métodos cada vez mais participativos e sobre a importância da necessidade do planejamento para iniciar as atividades de acordo com a realidade local no âmbito coletivo e individual. Esse é o primeiro passo a ser tomado quando vai se trabalhar em uma comunidade rural.

Vale ressaltar que, para a realização do DRP, faz-se necessário o planejamento prévio, permitindo que a atividade participativa aconteça de maneira idônea, sem que haja, mesmo que sem intenção, manipulação. Dessa maneira, será possível contribuir com o engajamento das atividades e com o entendimento do papel do técnico nas unidades produtivas e na comunidade (MENEZES *et al.*, 2011), despertando, assim, a mudança dos próprios agricultores e das agricultoras diante da comunidade, pois proporciona o resgate das atividades em grupo que, em muitas localidades, vêm se perdendo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No trajeto de atuação na ATER, a extensionista teve como base o trabalho com as comunidades rurais, percebendo a importância desse contato para o desenvolvimento das atividades com os agricultores e com as agricultoras, assim como o próprio resgate do sentimento de coletividade, que é tão importante para alcançar seus objetivos e o acesso às políticas públicas.

A PNATER começou a vigorar no cenário nacional em 2010 e, a princípio, era algo muito novo para a maior parte dos extensionistas. Pouco se falava dessa política, e, gradativamente, foi acontecendo a adaptação ao modelo, principalmente com a criação da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER), em 2014, no Estado da Bahia. Portanto, a perspectiva agroecológica, que já era abordada há algum tempo, contribuiu para essa transição, a qual já vinha acontecendo, pensando-se no desenvolvimento sustentável das famílias rurais.

Por conseguinte, esse novo modelo de ATER foi algo necessário para a quebra de paradigma que excluía as famílias menos favorecidas e distorcia a realidade da agricultura familiar no Brasil (DINIZ; HESPANHOL, 2014).

O presente relato surge de uma reflexão referente à importância da utilização de uma metodologia diferenciada que proporcionasse não apenas um momento em campo para a realização do trabalho, mas algo que despertasse nas famílias rurais a necessidade de construção de um novo modelo de produção, pensasse a família como base, o acesso aos mercados para atingir a vertente econômica, a preservação ambiental para as próximas

gerações e as questões sociais, e modificasse a postura do técnico ou da técnica diante do cenário atual.

Em 2016, o ingresso na ATER indireta na equipe de coordenação permitiu à extensionista uma experiência efetiva com as metodologias participativas, com duas atividades norteadoras, o DRP e o planejamento comunitário em 24 comunidades beneficiárias com a ATER. Ademais, o projeto de ATER era pautado nas políticas nacional e estadual. Dessa forma, todo o seu desenvolvimento proporcionou a construção e execução das atividades de maneira participativa, sendo um processo educativo a partir do conhecimento partilhado por ambas as partes: o saber empírico dos agricultores e das agricultoras, aliado ao conhecimento científico dos extensionistas.

Nessa perspectiva, torna-se necessária essa valorização dos saberes locais, resgatando práticas anteriormente utilizadas, buscando-se a conservação dos ecossistemas a partir de uma produção sustentável, com base na agroecologia, sendo essa construção fundamentada numa perspectiva participativa (MARINHO; FREITAS, 2018).

A experiência de trabalhar com as metodologias participativas, com enfoque no DRP em 24 comunidades, foi uma oportunidade para conhecer a realidade dos beneficiários e das beneficiárias que seriam atendidos e atendidas pela ATER, praticando as principais técnicas e apresentando-as para a equipe, a qual não tinha familiaridade com algo necessário e que sempre seria utilizado no decorrer do projeto e nos trabalhos posteriores, relacionados à extensão.

Dessa maneira, a utilização das metodologias participativas auxilia na formação dos técnicos e das técnicas, contribuindo para o desenvolvimento baseado nesse novo enfoque da ATER, a partir de um modelo que supera as antigas referências. No entanto, isso exige um exercício contínuo e conhecimento para se sensibilizar com a realidade dos envolvidos nas ações coletivas ou individuais (MARINHO; FREITAS, 2018).

A princípio, realizou-se um estudo prévio e planejamento para definir as abordagens e como seria a construção das atividades *in loco*, incluindo o cronograma, materiais necessários para atividade e listagem de comunidades e de agricultores e agricultoras anteriormente escolhidos e escolhidas de maneira participativa, por meio de atividade de articulação com

as lideranças das associações, dos sindicatos, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), secretarias de agricultura e por meio da mobilização nas comunidades para a apresentação do projeto e da equipe executora para a comunidade.

Além disso, observou-se que, para algumas das lideranças comunitárias, aquela nova maneira de se escolher as comunidades e as famílias beneficiárias era algo inovador. Naquela região, apenas dois, dos quatro municípios contemplados, já haviam participado dessa experiência participativa por meio de projetos produtivos que chegavam por meio da antiga representante de ATER direta do Estado.

A construção do modelo sustentável aplicado àquelas comunidades norteou-se por predeterminações do edital e pela PNATER, sendo baseado principalmente no planejamento estruturado juntamente à comunidade, em que foi possível identificar todas as suas necessidades, construir os planos de ações referentes às questões sociais, culturais, ambientais e econômicas, bem como embasar os planos individuais construídos a partir de questionário semiestruturado pela equipe técnica, em outro momento.

Analisando o cenário no qual as 24 comunidades beneficiárias estão inseridas, no mesmo território, foi perceptível que muitas características eram semelhantes, tanto no aspecto produtivo quanto nos aspectos social, cultural etc., apresentando algumas problemáticas específicas de cada comunidade.

Terminado o período de planejamento, houve a mobilização partindo do diálogo entre o técnico ou a técnica que atuava naquela comunidade e as lideranças comunitárias para agendamento da melhor data para a maioria. A atividade foi realizada em dois momentos: no primeiro, realizou-se o DRP e, no segundo, o planejamento comunitário baseado no diagnóstico.

Um dos primeiros desafios encontrados foi relacionado a datas e horários. Algumas comunidades não poderiam se ausentar do trabalho diário nas propriedades, principalmente por passarem por um período de estiagem. Dessa maneira, a equipe se adequou da melhor maneira para não prejudicar a rotina dos agricultores e das agricultoras.

O planejamento prévio das atividades é essencial. Aspectos referentes às questões domésticas e de produção devem ser observados,

pois influenciam diretamente na participação. Além disso, é importante escolher o local de realização previamente, de preferência em locais neutros, e construir o cronograma de realização das atividades para que os imprevistos sejam reduzidos e, assim, um número relevante de pessoas da região compareçam (VERDEJO, 2010).

No início das apresentações, outro desafio se fez presente. Algumas pessoas das comunidades se mostravam resistentes a esse modelo de acompanhamento técnico, pois outrora promessas foram feitas e não foram cumpridas. Porém, a partir do diálogo, ficaram evidentes algumas situações, tais como: muitas vezes, o objetivo daqueles grupos no local não havia sido realmente entendido pela comunidade; a forma como eram levadas as políticas públicas, os benefícios e os projetos se dava de maneira “tradicional”. Dessa maneira, em alguns momentos, grupos realizavam algo na comunidade na base da troca, enganando-os por diversas vezes. Outras situações são: o recebimento de “benefícios” no passado, de estruturas que não contribuíram com a realidade daquelas comunidades, a exemplo das casas de farinha, que são observadas, em muitos lugares, sem utilidade para realidades específicas; e recursos prometidos (fomentos) e não efetivados.

Ao iniciar o DRP, tivemos o momento de apresentação dos agricultores e das agricultoras a partir de uma dinâmica. Logo após, o projeto e todo o contexto no qual ele se insere foram apresentados, bem como as metodologias que seriam utilizadas, esclarecendo as dúvidas para que não houvesse mal-entendido e conseguíssemos, a partir daquele momento, estabelecer uma relação de confiança. Infelizmente, os recursos públicos podem ser interrompidos sem aviso prévio, e isso dificulta o estabelecimento dessa relação de confiança com a comunidade (MENEZES *et al.*, 2011).

Para que a participação seja o mais efetiva possível, Verdejo (2010) estabeleceu sete passos a serem seguidos:

Fixar o objetivo do diagnóstico; selecionar e preparar a equipe mediadora; identificar participantes potenciais; identificar as expectativas dos/as participantes no DRP; discutir as necessidades de informação; selecionar as ferramentas de diagnóstico; desenhar o processo do diagnóstico (p. 21).

Nesse contexto, foram esclarecidas e estabelecidas as etapas, tanto relacionadas à questão produtiva quanto às melhorias que seriam visualizadas

com o tempo e por meio das avaliações, da duração e dos benefícios de ser acompanhado por um técnico ou por uma técnica.

Ademais, o DRP foi norteador por um roteiro traçado na fase de planejamento da equipe, sendo cada fase referente a uma técnica, quais sejam: aplicação do questionário semiestruturado; realização da linha do tempo; Diagrama de Venn; caminhada transversal; FOFA e calendário sazonal. Vale ressaltar que nem todas as comunidades tiveram a realização de todas as etapas. O diagrama de Venn e a caminhada transversal foram realizadas somente em algumas localidades, porém foram substituídos pelo diálogo entre equipe e participantes.

Dessa maneira, a primeira ferramenta utilizada foi o questionário semiestruturado. Nessa etapa, foram levantados dados quantitativos e qualitativos, com informações gerais sobre o público atingido pelo projeto, a educação na comunidade, a saúde e o saneamento básico, a participação em programas sociais e a organização social. Apesar das questões preestabelecidas, a coleta das informações foi realizada por meio de um diálogo bem descontraído e alguns outros dados apenas foram conseguidos com a liderança da comunidade.

Essa técnica foi satisfatória em todas as comunidades, visto que foi possível estabelecer uma primeira conexão e a coleta de informações que podem ser utilizadas para estabelecer necessidades básicas nessas localidades.

A entrevista semiestruturada possibilita uma comunicação assertiva com o agricultor e com a agricultora, permitindo que o extensionista consiga tratar de diversas questões sem manipular as respostas, principalmente sobre as características positivas e negativas na comunidade e possíveis soluções que já tenham sido visualizadas pelo grupo. Além disso, é importante que o entrevistado e a entrevistada se sintam à vontade para compartilharem seus conhecimentos e suas opiniões sobre as temáticas abordadas (VERDEJO, 2010).

Utilizando essa técnica, foi possível observar que, por meio das respostas que foram repassadas para a equipe, muitos moradores e muitas moradoras daquelas localidades não estavam informados e informadas sobre a própria realidade local referente aos processos sociais, às questões de saúde, ao acesso à água, ao saneamento básico, entre outros. Desse modo,

foi possível essa reflexão, pois se iniciou um processo de questionamentos sobre como cada um e cada uma poderiam contribuir com a resolução dessas questões ou, ao menos, pensar em pequenas ações para minimizar essas problemáticas naquelas localidades, pensando como cidadãos, individualmente ou em grupo.

O próximo passo foi fazer um paralelo entre o desenvolvimento da comunidade e seu processo histórico. A ferramenta mais apropriada foi a linha do tempo. Inicialmente, realizou-se o diálogo com todos e com todas sobre a origem da comunidade e do seu nome. Posteriormente, foram divididos grupos e orientado que se estabelecesse, no papel, essa trajetória, traçando os principais acontecimentos naquela localidade, as manifestações culturais e os dados referentes à religião.

Essa ferramenta demonstra uma relevância a partir do momento em que traçamos pontos importantes, os quais contribuíram com o desenvolvimento das comunidades e do seio das famílias. Foi possível identificar que o principal ponto de origem de pelo menos 18 comunidades foi a migração, a partir de outros lugares da região, além de uma formação marcada por conflitos de terra. Inclusive, uma das comunidades nasce de um processo de resistência na luta por sua terra para não a perder para um grande fazendeiro.

Um dos pontos interessantes foi a diversidade dentro do grupo, tanto de gênero quanto de faixa etária, assim como a exposição, realizada pelos grupos, do material produzido. Isso proporcionou a maior clareza da linha do tempo e a proximidade com o grupo, possibilitando que todos e todas pudessem relatar dados importantes da comunidade, estabelecer uma conexão com os processos políticos e com o desenvolvimento das comunidades.

Essa diferença de idade proporcionou um enriquecimento na coleta de dados, na qual diversas pessoas relataram que não conheciam a história da comunidade a qual pertencem. Isso posto, a juventude começa a enxergar o contexto no qual está inserida, a se apropriar da sua história e do seu povo, e isso cria um empoderamento que é perceptível pelas falas que acontecem na atividade e no decorrer do próprio projeto.

A linha do tempo é uma ferramenta que permite a reflexão a respeito de fatos históricos referentes àquele determinado grupo, podendo abordar

aspectos relacionados a diversas áreas. É uma ferramenta que contribui com a tomada de decisão na formulação de ações, dando suporte ao planejamento comunitário (MARINHO; FREITAS, 2015).

A terceira técnica proposta foi em diagrama, sendo escolhido o Diagrama de Venn, em que foram observados a participação do poder público dentro da comunidade, o acesso a políticas públicas etc. Essa ferramenta permitiu identificar as comunidades a partir do nível da presença direta e constante do poder público e das tecnologias rurais presentes ou não. Nas comunidades onde não foi possível a utilização dessa ferramenta, realizou-se o diálogo com o mesmo propósito.

Inicialmente, realizou-se uma conversa com o grupo, explicando como seria a metodologia de trabalho com essa ferramenta. Diferentemente de algumas outras, foi a extensionista quem confeccionou o material a partir das discussões com os agricultores e com as agricultoras, sinalizando, passo a passo, o que representava as distâncias dos círculos em relação ao principal, deixando assim aberto para que construíssem conjuntamente.

De maneira genérica, os agricultores e as agricultoras familiares pontuaram momentos em que o poder público se fez presente na comunidade, principalmente na época eleitoral. Além disso, conseguiram estabelecer essa obrigação dos vereadores locais, relatando que têm o entendimento da obrigação de representação na Câmara, lutando pelos principais problemas daquelas localidades. Nesse contexto, ainda foram sinalizadas dúvidas e frustrações referentes a algumas políticas públicas presentes na comunidade, principalmente sobre os programas “Garantia Safra”, “Segunda Água”, “PRONAF” e “Segurança Alimentar do Rebanho”, sendo possível a explanação dessas políticas pela extensionista, esclarecendo os principais pontos de funcionamento.

O Diagrama de Venn consiste em, basicamente, identificar e dialogar sobre a participação e interferência do poder público e de outras instituições no cotidiano da comunidade. O distanciamento e o tamanho dos círculos que serão desenhados referem-se à atuação e à importância destes, respectivamente, naquele meio (AMARAL, 2013; VERDEJO, 2010).

A discussão permitiu identificar que a comunidade apresentava uma certa dificuldade para conceber essa transição de instituições responsáveis

pelos serviços de ATER na Bahia e região, confundindo um pouco os papéis referentes a cada representante. A partir da intervenção durante a atividade, foi possível um adendo, explicando o funcionamento da ATER na Bahia e mais uma explanação sobre a história daquela ONG que ali estava representada e que executaria, durante os três anos, aquele serviço.

A caminhada transversal é, basicamente, uma caminhada na localidade do estudo e a discussão em grupo de aspectos importantes para a comunidade (AMARAL, 2013). A utilização dela foi possível em três comunidades de municípios distintos, devido ao distanciamento entre as residências, à insegurança para percorrermos alguns locais ou, ainda, devido ao próprio desconforto da caminhada por causa das altas temperaturas e pelo trabalho cotidiano no campo, exercido pelos agricultores e agricultoras, que, em sua maioria, exige “longas” caminhadas. A decisão de não a utilizar foi em comum acordo.

Por conseguinte, essa ferramenta contribuiu para observarmos características sociais, ambientais e produtivas. Nesse aspecto, foram incluídos o acesso à água, a organização social e o aspecto produtivo (situação fundiária, sistema produtivo, agroindústria). Nas comunidades onde não foi realizada a caminhada, estabeleceu-se um diálogo para a coleta dessas informações.

O diálogo nas comunidades onde foi ou não utilizada essa ferramenta permitiu a identificação das principais atividades produtivas, sendo elas a bovinocultura, a ovinocultura, a avicultura, o cultivo de culturas anuais e o cultivo de plantas frutíferas. Identificaram-se, ainda, sistemas tradicionais e agricultores e agricultoras que já demonstravam uma preocupação com o meio ambiente e se encontravam em fase de transição agroecológica.

As dificuldades para o desenvolvimento da agropecuária nas comunidades foram apontadas, sendo unânime que a estiagem ainda era o principal problema que enfrentavam. No entanto, os moradores estavam animados com a presença da ATER nas suas unidades produtivas e com a ideia de apresentarem tecnologias sociais e proporcionarem o acesso a novos conhecimentos adequados às realidades identificadas nos planos coletivos e individual.

Percebeu-se que as 24 comunidades tinham entendimento sobre a necessidade de se organizarem; porém, apenas 21 eram formalizadas, mas não tão organizadas, e três possuíam grupos informais. Identificou-se que

todos e todas sabiam da importância que a ATER teria nesse processo e o quanto viria a contribuir.

O calendário agrícola foi uma técnica utilizada em praticamente todas as localidades onde foi realizado o DRP. Trata-se de um calendário criado com a comunidade, que possibilita a visualização dos principais cultivos realizados, permitindo o planejamento de todo o ciclo da cultura e que o agricultor e a agricultura corrijam falhas que podem ter ocorrido em outras safras e, até mesmo, a organização de grupos para sanar problemas que sejam comuns (VERDEJO, 2010).

Devido a semelhanças nas atividades produtivas, tipo de culturas produzidas, época de plantio e colheita etc. entre as comunidades, os calendários foram praticamente idênticos, porém, possibilitaram a melhor visualização das atividades e dos seus ciclos. Os calendários de vacinação ficaram sob a responsabilidade dos técnicos e das técnicas, sendo elaborados no decorrer do projeto.

Para a construção do calendário agrícola, os agricultores e as agricultoras compartilharam sobre os principais cultivos e os respectivos meses referentes ao plantio, assim como sobre a colheita, a comercialização e outras informações relacionadas à produção naquelas comunidades. As culturas identificadas como principais e semelhantes foram, basicamente, o feijão (*Phaseolus vulgaris*) e o milho (*Zea mays*) consorciados; a mandioca (*Manihot esculenta*) e hortaliças em algumas localidades. Além dessas culturas, o cultivo da palma e de gramíneas como Buffel (*Buffel Aridus*) e Urochloa (*Urochloa Mosambicensis*) também se destacava.

A comercialização era basicamente realizada nas feiras municipais; em alguns casos, nas feiras dos povoados e/ou em feiras agroecológicas. No âmbito institucional, observou-se que algumas localidades acessavam ou tinham interesse na venda por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O calendário proporcionou discussões sobre pontos essenciais relacionados às cadeias produtivas das culturas exploradas, potencialidades e dificuldades enfrentadas.

Outra ferramenta importante nas discussões foi a FOFA, sendo utilizada em todas as comunidades beneficiárias. A utilização dessa ferramenta

contribuiu para a criação do plano de ação a partir das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, bem como para o planejamento participativo (KUMMER; DIZ; SOARES, 2007; MARINHO; FREITAS, 2015).

Para que as diversas opiniões fossem escutadas, realizou-se a divisão do grupo em subgrupos, os quais elaboraram sua FOFA, que, posteriormente, foi exposta para discussão. Dessa maneira, foram abordados aspectos gerais, tais como o social, o ambiental, o econômico, o produtivo, o acesso a mercado e a políticas públicas, incluindo a juventude e mulheres rurais. Além disso, foram analisadas suas participações nas atividades produtivas e na geração de renda.

Com a utilização da FOFA, identificou-se que a questão hídrica representava uma das principais fraquezas comuns às comunidades, independentemente do município, referindo-se não apenas a problemas devido à estiagem, mas sobre a falta de água encanada em algumas comunidades e, inclusive, povoados, a constante falta de água onde havia o serviço hídrico e estruturas de armazenamento de água, principalmente para a produção em algumas unidades produtivas. Outros pontos referentes à falta de oportunidades para a juventude e para as mulheres rurais, ao acesso a mercados institucionais e à falta de ATER continuada também foram sinalizados.

Por outro lado, as cisternas de consumo e produção, bem como os barreiros representaram forças da comunidade; as políticas públicas para agricultura familiar, por sua vez, foram sinalizadas como oportunidades. A FOFA serviu para nortear a criação das ações na fase do planejamento.

Nesse contexto, o DRP permitiu o embasamento para a construção do planejamento comunitário em um segundo momento, assim como para a criação em comunidade do plano de ação que norteou as atividades que seriam realizadas com a equipe técnica *in loco* e para ações que foram propostas visando minimizar problemas e ameaças referentes à saúde, educação, segurança pública, entre outras. Assim, propôs-se que os responsáveis pelas iniciativas fossem as próprias comunidades.

A utilização das ferramentas participativas para o DRP e para a construção do planejamento que seria utilizado nos três anos de ATER foi de extrema relevância, visto que as comunidades compreenderam a necessidade de construir um plano de trabalho para avançar em todas as questões

inerentes à comunidade, além da necessidade da união, do resgate e da coletividade, que vem se perdendo ao longo dos anos.

Por meio do plano de ação, questões específicas, como a mobilização para construção de um quebra-molas na BR que passava em frente a uma comunidade, ações para inibir a violência na zona rural, o resgate das manifestações culturais ou a mobilização de um grupo para arrecadar fundos na tentativa de construir a igreja de uma localidade, e tantas outras ações, demonstram que a ATER trata de questões que vão além do processo produtivo e que as ferramentas participativas contribuem para o empoderamento das comunidades.

Nessa perspectiva, revela-se a importância das metodologias participativas que colaboram com a prática educativa dentro das comunidades, permitindo a troca de experiências e contribuindo com uma ATER mais democrática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das metodologias participativas se torna indispensável na contribuição do desenvolvimento das comunidades rurais. Portanto, os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, baseados no “novo” modelo, devem proporcionar aos agricultores e às agricultoras rurais a oportunidade de construir, juntamente ao extensionista, ações que seguramente tenham a ver com a realidade das comunidades rurais e garantir a formação de técnicos e técnicas, sendo de suma importância para contribuir com o desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia.

Ademais, a experiência com a utilização de técnicas para a construção do DRP contribuiu com a formação da extensionista, proporcionando um conhecimento interdisciplinar, visto que, além do processo educativo, a partir da pedagogia de alternância, as diferentes visões e contribuições da equipe multidisciplinar se complementam para a efetivação da comunicação, colaborando para a verdadeira mudança na ATER.

AGRADECIMENTOS

Ao programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Ao Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) pela oportunidade de atuar na atividade de extensão rural e a toda equipe que contribuiu nesse processo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. E. R. *O diagnóstico rural participativo como ferramenta para o estudo de pequenas propriedades em Rio Claro – SP*. 2013. TCC (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7.*, 2014. Vitória. *Anais [...]*. Vitória: AGB, 2014.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O Uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como Metodologia de Projetos de Extensão Universitária. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 69-81, jul./dez. 2012.

KUMMER, L.; DIZ, V. L. C. A.; SOARES, R. M. F. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar: conceitos, ferramentas e vivências*. Salvador: GTZ/EBDA, 2007.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. Utilização de metodologias participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): fundamentos teórico-práticos. *EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF*, Petrolina, v. 3, n. 2 [edição especial], p. 10-28, jul. 2015.

MENEZES, S. F. S.; DANTAS, M. E. C.; SALLES, M. C. T.; FILHO, P. C.; DUARTE, A. K. N.; MEDEIROS, J. L. B. Diagnóstico rural participativo (DRP) uma ferramenta necessária para investigação/intervenção: experiência do projeto CAJUSOL no território do Seridó (RN). *In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1.*, 2011. Brasília. *Anais [...]*. Brasília: IPEA, 2011.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA; Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.